
Apresentação

Hannah Arendt já afirmara que a violência necessita sempre de instrumentos, sejam esses materiais, como a violência física, ou simbólicos, como o apagamento de existências outras que não se enquadram na heteronormatividade. Ao pensarmos as relações genderizadas, torna-se latente que as subjetividades são construídas através de embates, de choques e, por que não afirmar, através de violência. Como afirmara Judith Butler, “o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero”¹.

A violência está vinculada à questão de gênero a partir de uma noção que estabelece sua existência como um *a priori* do processo civilizatório, ou seja, como se tanto a violência quanto o estabelecimento de gêneros definidos por valores patriarcais (e, por extensão, da própria sexualidade) fossem uma situação inevitável e entendidas como definidoras de todos os papéis culturais. Butler afirma que argumentar em prol de possibilidades diferentes de entendimento da realidade social deve, necessariamente, buscar uma espécie de compreensão mínima de como essas estruturas se consolidam. No seu ensaio *A reivindicação da não violência*, Butler alerta para que o discurso contra a violência não se limite apenas a um apelo, a uma busca por uma sensibilidade humana em sua essência, pois esta mesma essência também justifica a própria violência.

Assim, a violência não é estranha àquele a quem o discurso de não violência é dirigido; a violência não se encontra, a princípio, presumivelmente “fora”. A violência e a não violência não são apenas estratégias ou táticas, mas configuram o sujeito e se tornam suas possibilidades constitutivas e, assim, uma luta permanente. Fazer essa afirmação é sugerir que a não violência é a luta de um único sujeito, mas também que as normas que atuam sobre o sujeito são sociais por natureza, e que os vínculos que estão em jogo na prática da não violência são vínculos sociais.²

Considerando essa proposta de publicação do número 28 da Revista eletrônica Literatura e Autoritarismo – Violência e Gênero –, os artigos que compõem essa edição discutem, assim, as relações estabelecidas entre violência e gênero em diversas áreas do conhecimento tendo como base de análise fontes das mais variadas.

1 BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 48.

2 BUTLER, Judith. A reivindicação da não violência. In: _____. **Quadros de guerra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015, p. 234.

No que tange períodos de guerra e repressão, a saber a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e do Franquismo (1939-1975), Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza e Patrícia Dal'moro Mendes analisam a condição feminina na literatura – *La voz dormida* (2002), de Dulce Chacón, e *Las trece rosas* (2003), de Jesús Ferrero –, tendo como ponto de apoio os cruzamentos entre memória, literatura e história. O corpo transgressor, o corpo feminino, deveria ser reeducado, tanto política quanto religiosamente. A despeito da violência física, o medo figura como forma de controle, psicológico, sobre esses corpos. Neste contexto, Fiuza e Mendes afirmam que “[a]s obras, objetos desse estudo, representam memórias de um período e de personagens históricas que são importantes para recuperar uma parte da história esquecida das mulheres”.

A comédia grega *Lisístrata* (411 a.C), de Aristófanes, e sua reescritura fílmica *A Fonte das Mulheres* (*La Source des Femmes*, 2011), coproduzido por França, Bélgica e Itália e dirigido pelo romeno Radu Mihaileanu, são as fontes do artigo de Amanda Jéssica Ferreira Moura e Carlos Augusto Viana da Silva, que propõem analisar o “tratamento da condição social da mulher” em ambas as obras. Moura e Silva apontam para o fato de que ao dar o poder ao feminino, Aristófanes estaria ‘empoderando’ essas mulheres, mas usando de um recurso para criar o riso, dado o absurdo de tal situação, isto é, “[a] autoridade feminina tratada na peça é apenas um disfarce, uma máscara através da qual a comédia em questão discute mais acerca da preservação da cidade do que da condição da mulher”. Na narrativa fílmica, o episódio da fonte perde a comicidade e ganha contornos dramáticos, visto que, na atualidade, o riso não é a maneira de se abordar a condição feminina, “mas denunciando os abusos que elas sofrem diariamente, o que explica o tom dramático adquirido no filme”.

A análise do conto *Ruídos* (2008) de Luci Collin, realizada por Andiará Maximiliano de Moura, tem como base teórica as discussões acerca da violência simbólica do masculino sobre o feminino propostas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em *A dominação masculina*. As discussões apresentadas por Moura partem do pressuposto de que no conto percebe-se uma relação “entre uma mulher e um homem, já que é visível uma representação discursiva de dominação do contexto patriarcal”. Após a análise do conto, a autora conclui que neste há “um protesto contra os valores e padrões vigentes, contra o autoritarismo, além da luta em defesa dos direitos femininos e de igualdade”. A protagonista figura, portanto, como a representação de um novo feminino, uma vez que “no lugar da mulher objetificada e/ou silenciada, afloram sujeitos livres de classificações hierarquizadas de gênero”.

O centro do trabalho de Carlos Roberto Ludwig é a análise das “projeções do masculino sobre o feminino” em peças shakespearianas, tendo como base teórica os estudos de Adelman (1992), sobre as fantasias maternas, e Maus (1995), acerca da noção de interioridade. As diferentes representações das personagens femininas nas obras acabam, segundo Ludwig, sendo projeções dos masculinos “como resultado de um construto social e simbólico da época”. Em outras palavras, é afirmar que acerca desses femininos, sabe-se o que os masculinos dizem e como eles as percebem. Neste contexto, Ludwig afirma que aquilo que o público conhece dessas personagens é resultado das projeções interiores dos masculinos, concluindo que “[a]s mulheres em Shakespeare são por sinal apenas projeções dos desejos masculinos e uma construção simbólica do que os homens querem que elas sejam”.

Cinthia da Silva Belonia apresenta uma discussão acerca das personagens femininas negras no romance de Isabela Figueiredo *Caderno de memórias coloniais*, o qual “narra a infância da personagem narradora em Moçambique”. Belonia volta seu olhar para a questão do racismo “personificado na hipersexualização da mulher negra e na infantilização do homem negro”, violências cotidianas contra o corpo negro. A autora, após analisar o romance, conclui que as imagens do negro criadas na e pela narrativa reforçam “sempre a imagem de indivíduos inferiores, irracionais, animais, infantilizadas e hipersexualizados”.

O eu e o outro, o masculino e o feminino, os conflitos de um amor possessivo e a ruína da relação e do eu (a psicose): “um masculino despótico que lamenta um feminino pleno de possibilidades”; esses são alguns dos aspectos levantados por Érica Schlude Wels ao analisar *Valsa Negra* de Patricia Melo. Wels, dialogando com Foucault, Bourdieu, Butler, Lipovetsky e Baudrillard, acentua a capacidade do romance “de exemplificar as tensões de gênero, bem como a derrocada dos papéis sociais esperados pelo casamento heterossexual”.

A representação da mulher-amada, através da voz do narrador-protagonista Don José, no conto *Carmen* de Prosper Mérimée é o foco das indagações de Felipe dos Santos Matias. Nas palavras deste narrador, a mulher, por seduzir e conquistar, é a culpada pela morte. Se na voz do outro, a figura feminina é culpada, nas “pequenas aberturas [do discurso machista] [...] se podem perceber caminhos para a refutação e a desconstrução do que é narrado, que se podem observar a angústia sofrida pelo sujeito feminino”. Matias conclui, portanto, que, na narrativa, ao masculino cabe o domínio, inclusive o da fala, e ao feminino, o silenciamento.

O binômio masculinidade e violência fornecem a base de análise para que Jonas Henrique de Oliveira observe o filme brasileiro *Tropa de Elite*. De acordo com Oliveira, a personagem Capitão Nascimento incorpora a imagem de herói e anti-herói, uma figura vacilante, preenchida por conflitos. A masculinidade policial é construída, assim, na e pela violência; uma violência cotidiana e urbana que marca os corpos e os constrói: uma violência naturalizada.

O objeto de estudo de Marcos Sardá Vieira é o filme *Sob a pele*, tendo o artigo como propósito “refletir sobre a vulnerabilidade presente no comportamento regular de homens e mulheres no contexto urbano de interações sociais”. Centrando sua investigação na personagem alienígena percebe que a escolha pelo gênero feminino faz parte de uma estratégia maior, na qual a figura é uma “isca dentro de um mecanismo mais complexo, que utiliza a cidade escocesa e a arquitetura de uma casa (onde leva suas vítimas para o suposto encontro furtivo) para esconder seus atos ilícitos e inumanos”. O que está latente, portanto, em toda a narrativa fílmica é a questão da “vulnerabilidade social dos homens diante da sua condição de dominação”.

Fechando este número, o artigo de Ana Carla Vagliati e Geiva Carolina Calsa partem de um levantamento bibliográfico para discutir a questão da violência de gênero contra mulheres no contexto escolar, mais especificamente, “concentrando-nos nos estudos sobre as representações de docentes sobre a violência sexual contra meninas”. Após a análise bibliográfica, Vagliati e Calsa concluem que é de grande valia que a prática docente seja reflexiva a ponto de “possibilitar aos/as docentes um repensar sobre suas representações de

si e do outro e, nesse contexto, oportunizar uma educação que venha contribuir para questionar preconceitos e desigualdades”.

Profa. Dra. Daniele Gallindo G. Silva (UFPEL)
Prof. Dr. João Luis Pereira Ourique (UFPEL)
Organizadores